

Economia - Brasil Não compreendo, nem entendo...

Jefferson Aguiar

Na área da orientação governamental de nossa economia regredimos à antiga Grécia, na época dos sofistas de Zenon. E, no plano econômico anterior, que pode ser denominado de óbvio, fomos até Cícero em sua luta contra Catilina, no ano 55 antes de Cristo, quando o grande orador pregava que não poderia haver despesa superior à receita, necessário se fazia cobrar os créditos da República dos devedores e que houvesse parcimônia nas despesas públicas, clamando "até quando abusarás de nossa paciência".

Fazem-se planos, lançam-se pacotes, tudo em vão, porque ao Governo brasileiro não interessa reduzir os juros (embora seja o maior devedor), abolir a ciranda financeira, que beneficia alguns poucos, ilusoriamente, nem se atreve a recusar a correção monetária, que consagra e consolida a inflação ascendente.

E, como bons sofistas ou insuperáveis sofistas, proclamavam que a elevação dos juros impede o consumo, com a recessão consequente, tendo por objetivo combater a inflação, que se eleva sempre graças a este quadro sempre mais elevado dos custos na produção, inclusive com a majoração quinzenal das tarifas públicas — água, energia, telefone e combustíveis — que oneram progressivamente o preço das mercadorias oferecidas ao público via repasse desses encargos aos consumidores e usuários.

Ninguém poderá produzir por dez e vender por oito, é evidente. Mas os sofistas do Governo entendem que sim, com entusiasmo e dedicação, agraciando os especuladores de todas as áreas da economia brasileira com lucros vultosos, ao sabor da ganância voraz e insaciável que os domina.

Há ainda o processo de partilha... sem inventário que domina o setor público desta nação, em que todos investem sobre o Erário, disputando parcelas maiores para cada um em detrimento do interesse nacional, além do desperdício, pulverização de recursos e total abandono do patrimônio público, sem se falar na corrupção que mutila o País e envergonha o povo brasileiro.

Como alguém pode restringir gastos e equilibrar o orçamento se a orientação geral é gastar o máximo, perdidamente, e ganhar o que for possível, sem qualquer reação válida de qualquer setor público, como se o Tesouro Nacional fosse um espólio que deva ser partilhado entre aqueles que participam da cúpula administrativa deste país!

Por isso e diante disso, não se pode entender nem compreender o novo plano econômico, que é mais um plano (metaplasmo, síncope) para esconder o apoio aos males cruciais deste país e para enganar a todos nós, transformando-nos num bando de tolos. Por isso, revoltado, não compreendo nem entendo a farsa econômico-financeira que aí está, agredindo a Nação e nos destruindo.

É lamentável, mas é a verdade brutal que todos nós vemos horrorizados ante a perspectiva do desastre, que se avizinha, enquanto eles estão preparados para residir no exterior, como se a vida se constituísse apenas em lazer e prazer.

As linhas seguintes mostram e exibem todo o aparato do desastre nacional:

a) Juros mensais altíssimos, de 60 a cem por cento, tornando inexecutíveis os contratos, enquanto, é certo, o dinheiro deve ser considerado instrumento do progresso e do desenvolvimento, e, por isso, deve ter custo baixo (a Constituição vigente fixa a taxa de juros em um por cento ao mês).

b) Rendimento mensal da poupança de 51,52 por cento ao mês, com valor aproximado de outras aplicações na ciranda financeira, com a aplicação, num só dia, de 480 milhões de dólares.

c) Inflação de dois mil e 600 por cento em 1993.

d) Reajuste dos preços, no varejo, de 42/45 por cento, pela indústria e pelo comércio, sem se falar nos efeitos da maldita máquina de remarcar sobre os estoques retidos nos armazéns ou nas perdas de toneladas de grãos nos armazéns federais, que seriam destinados a compor a redução dos preços. Na maratona entre preços e salários, o preço vencerá sempre, reduzindo o valor aquisitivo do salário, que, por sua vez, é parcela do custo da produção. É claríssimo que o essencial é a estabilidade dos preços como se observa nos EUA, onde a elevação dos valores foi apenas de 0,2 por cento em 1993.

e) Crescimento das despesas no Orçamento Federal em 72,18 por cento, que se diz equilibrado e com redução das despesas, numa mera promessa, que se não cumprirá certamente.

f) Vencimentos, salários (empresas estatais), subsídios e comissões na ordem de CR\$ 1 milhão e 400 mil a CR\$ 2 milhões, ou mais, forçando a elevação dos preços, com a manutenção de um grupo privilegiado, que compra pelos preços de oferta, sempre altos e mais altos, em detrimento da maioria, que não ganha para suportar as despesas com a própria sobrevivência.

g) No item anterior não foram incluídos os ônus com as mordomias, que se elevam a bilhões de cruzeiros reais.

h) Na órbita dos lucros fáceis e inúteis, há o ganho na compra e venda de ações, nas bolsas, no valor de 52 bilhões de dólares, o que representa 33 mil por cento, e as CDBs atingiram o recorde de 10 mil 200 por cento, em 1993.

i) Dança macabra de siglas (Ufir, MVR, TR, IGP-M, IPI, Pis, Pasep, Cofins, IOF, ICMS etc.), propiciando sempre a elevação dos preços, mediante seu repasse para o consumidor e devedores.

j) Elevação compulsória dos salários, a cor do surto inflacionário provocado e mantido pelo Governo, há mais de 20 anos, com a majoração dos encargos sociais, sem a verificação de compatibilidade dos aumentos assim impostos com a possibilidade econômico-financeira dos empregadores, gerando o desemprego e a extinção de pequenas empresas, ~~que absorvem 70 por cento da mão-de-obra.~~

l) Malditas máquinas de remarcação de estoques desordenada e constantemente, com a justificativa dos fatores psicológicos negativos, que deterioram a economia — instabilidade, improvisação, erros, desorientação etc.

m) Destruição ou esmagamento de quase todos que aspiram a ter uma unidade habitacional, com a elevação das prestações mensais em até dois mil 300 por cento ao ano, ou de quem arrenda um imóvel para residir com a sua família e vê o aluguel subindo às culminâncias da impossibilidade, em 50 por cento ao mês, ou em mais de 200 por cento de quatro em quatro meses.

n) Horror de quem recebe salário mínimo ou pouco acima e que não tem possibilidade de comprar o essencial para a sobrevivência de sua família, ou do desempregado que vê as mercadorias essenciais à sua vida e não pode sequer tocá-las, mas só pode admirá-las, porque não tem recursos para adquiri-las legitimamente, em situação de miséria e fome, efeito da política econômica equivocada que se implantou no País, a qual se mantém com o subterfúgio da distribuição de pouquíssimos alimentos, em certas áreas, mas outras permanecem esquecidas.

Não basta? Diante disso, ninguém entende, nem compreende, porque o médico trata o doente com os mesmos remédios inúteis que o levarão ao estado de coma ou à morte.

■ Jefferson Aguiar, ex-senador, é advogado

CORREIO BRAZILIENSE

17 JAN 1994